



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo n° 19679.001882/2006-80
Recurso n° Voluntário
Acórdão n° **2802-01.827 – 2ª Turma Especial**
Sessão de 16 de agosto de 2012
Matéria IRPF
Recorrente PEDRO FEITOSA SALGUEIRO
Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF

Exercício: 2003

Ementa:

PEREMPÇÃO.

O prazo para apresentação de recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes é de trinta dias a contar da ciência da decisão de primeira instância. Esgotado esse prazo sem a interposição do recurso, a decisão de primeira instância se tornou definitiva. O recurso apresentado intempestivamente não deve ser conhecido.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos NÃO CONHECER do recurso voluntário nos termos do voto do (a) relator(a).

(Assinado digitalmente)

Jorge Claudio Duarte Cardoso – Presidente e Relator.

EDITADO EM: 16/08/2012

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Jaci de Assis Júnior, Eivanice Canário da Silva, Dayse Fernandes Leite, Carlos André Ribas de Mello, German Alejandro San Martín Fernández e Jorge Cláudio Duarte Cardoso (Presidente).

Relatório

Trata-se de pedido de restituição de imposto de renda retido sobre o 13º salário formulado em 16/02/2006 sob o fundamento de o contribuinte estar amparado pela isenção do inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713/1988 (neoplasia maligna).

Despacho decisório da Derat/SP indeferiu o pleito, em síntese, porque o laudo de inspeção de saúde, de 14/07/2005, não caracterizou a presença da doença no ano de 2002, limitando a informar que o paciente submeteu-se a cirurgia em razão de neoplasia renal maligna e citou a existência de exame anátomo patológico de 17/11/1985, tendo o referido laudo indicado que o paciente não apresentava sinais de patologia no momento de sua expedição.

Na impugnação são reforçados os argumentos do petição originária e o acórdão recorrido ratifica a decisão monocrática da Derat/SP no sentido de que o laudo de inspeção de saúde não indica que o interessado era portador de neoplasia maligna, ao contrário atesta que não apresentava patologia naquele momento, limitou-se a informar que o interessado submeteu-se a cirurgia por neoplasia maligna e que existia uma exame anátomo patológico de 17/11/1985. De outro giro, consignou que o relatório médico de fls. 41 não é um laudo pericial emitido por serviço médico oficial.

Ciência da decisão em 14/04/2009, uma terça-feira (fls. 51)

O recurso voluntário foi interposto em 18/05/2009 (fls. 53), uma segunda-feira, reiterando os argumento exposto anteriormente, discorrendo sobre o significado do adjetivo “maligno”, juntando cópias da ultrassonografia do abdômen, destaca o relatório médico de fls. 49 e o fato de os demais órgãos públicos terem reconhecido à isenção.

É o relatório do essencial.

Voto

Conselheiro Jorge Claudio Duarte Cardoso, Relator

Conforme determinações do Decreto 70.235/1972, a partir da data da notificação da decisão de primeira instância, teria o Recorrente o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do Recurso Voluntário.

Art. 33 – Da decisão caberá recurso voluntário total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro de 30 (trinta) dias seguintes à ciência da decisão.

Outrossim, o parágrafo único do art. 5º do mesmo Decreto complementa as disposições sobre a forma de contagem desse prazo.:

Art. 5 – Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único – Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Como a ciência do acórdão recorrido efetivou-se em 14/04/2009, uma terça-feira, verifica-se que o prazo fatal para a apresentação do Recurso Voluntário fora dia 14/05/2009, uma quinta-feira, tendo a Recorrente se manifestado somente na segunda-feira, dia 18/05/2009, conforme protocolo de fl. 53, que importa na constatação da intempestividade do protocolo da peça recursal.

Não houve pré-questionamento sobre a tempestividade.

A preempção, caracterizada pela apresentação a destempo da peça recursal pelo contribuinte em decorrência do transcurso de mais de trinta dias entre a data do protocolo do Recurso Voluntário e a cientificação da decisão de primeira instância, impede sua apreciação pelo Colegiado.

Diante do exposto, voto por NÃO CONHECER do Recurso Voluntário.

(Assinado digitalmente)

Jorge Claudio Duarte Cardoso